

Educação Especial: Inclusão que gera a exclusão

*Patrícia Aparecida Squarça Sanches*¹
*Aparecida Luvizotto Medina Martins Arruda*²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender como as pessoas com necessidades especiais foram tradicionalmente marginalizadas ao longo da história da humanidade e como a deficiência foi marcada na parte social, política econômica e religiosa, seja em razão da própria concepção que se tem de homem, do mundo e de sociedade, fiz um breve histórico desde a antiguidade até os tempos de hoje de como as pessoas portadoras de necessidades especiais eram tratadas onde as concepções de homem e de desenvolvimento não são mais somente ao biológico, mas seu referencial social e histórico, focamos algumas políticas públicas voltadas à educação, destinamos atenção especial para o processo de inclusão escolar, apresentando como é esse movimento e também ressaltando a sua importância dentro do movimento de inclusão escolar e social do qual ele faz parte, além disso, mostramos práticas educacionais que deram certo onde a diversidade é respeitada e valorizada, esse movimento de inclusão ainda tem muito que ser feito no que diz respeito às modificações na estrutura física, nos atendimentos e na capacitações de professores também tem o entendimento da escola e da articulação com a educação especial e seus serviços, especialmente a Atendimento Educacional Especializado- AEE, a intenção é esclarecer sobre a possibilidade de muitas mudanças na educação para que sim poderemos falar de inclusão e não exclusão.

Abstract

This work aims to understand how people with disabilities have traditionally been marginalized throughout the history of mankind and how the deficiency was marked on the social, political, economic and religious , is due to the very conception that one has to man the world and society , made a brief history from ancient times until today of how people with disabilities were treated where the conceptions of man and development are no longer the only biological , but its social and historical framework , we focus on some public policies aimed at education , we allocated special attention to the process of school inclusion , showing how this movement and also highlighting its

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Mestre em Educação pela UNISO/SP; Especialização em Gestão Escolar pela UNICAMP e Didática do Ensino Superior pela UNINOVE; Pedagoga e Pós-Graduada em Supervisão Escolar, Direito Educacional e Gestão Escolar. Professora da FAC São Roque.

importance within the movement of educational and social inclusion of which it is part , moreover , show that educational practices have right where diversity is respected and valued , this inclusion movement still needs to be done with regard to changes in the physical structure , in the care and training of teachers also have an understanding of the school and their linkage with the special education and their services , especially the educational Service Specialist -ESA , the intention is to clarify the possibility of many changes in education so we can talk about inclusion and not exclusion.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Exclusão.

Keywords: Special Education. Inclusion. Exclusion.

INTRODUÇÃO

Meu interesse por esse tema surgiu da intenção de abordar o assunto inclusão, não apenas como um momento onde a criança se socializa, mas como resultado de atividades que contribuem com a aprendizagem de várias habilidades e também o da socialização, em relação às crianças especiais. A intenção foi pesquisar como funcionam as salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE e se realmente os alunos aprendem com esses recursos.

Usamos a palavra Inclusão para referirmo-nos à socialização nas escolas públicas e ao perceber essa importância para o desenvolvimento intelectual e social da criança, senti a necessidade de direcionar minha pesquisa a fim de verificar, também, qual o espaço adequado para essas crianças, se as escolas públicas cooperam para o desenvolvimento e aprendizagem da criança e porque alguns educadores resistem em ter alunos especiais em suas salas.

Os questionamentos que me motivaram foram: será que todos os professores estão preparados? Será que os alunos especiais se sentem realmente excluídos nas escolas especiais, que só atendem crianças especiais?

Por esses motivos comecei falando do conceito de criança especial e de como ele foi mudando ao longo do tempo, com a evolução do homem, quando passou a ser considerado cidadão com direitos e deveres.

No segundo capítulo trago a história da Educação Especial no Brasil, de como era comum o ato de abandonar crianças com deficiência por serem consideradas como ameaças à manutenção daquela forma de divisão social do trabalho, homens livres versus trabalho intelectual. A história da Educação Especial no Brasil foi marcada pelo caráter

assistencialista dentro de uma atitude de segregação, também falo da diferenciação de crianças especiais e crianças com necessidades especiais.

No terceiro capítulo falei da política da inclusão, onde o nosso país tem como princípio a democracia e o papel do governo é legalizar e elaborar as leis, sem esse apoio a inclusão pode acontecer de maneira errada. O governo tem que garantir que a inclusão aconteça de maneira eficaz, pois ele é responsável pelos serviços da sociedade como saúde, trabalho, lazer e educação. Os documentos sobre o processo de inclusão estão em constante mudança, em virtude das constantes discussões sobre o assunto.

São quatro as leis básicas que fundamentam a Educação Inclusiva no sistema educacional brasileiro: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal nº 9.394/96), a Lei da Coordenadoria para Integração das Pessoas com Deficiência - Corde (Lei Federal nº 7.853/89) e a Lei da Acessibilidade (Lei Federal nº 10.098/00).

Por fim, no quarto capítulo, falo sobre a prática da inclusão, como é o atendimento na escola regular que, para ser uma escola inclusiva, precisa ter uma organização, tanto no seu currículo quanto na sua estrutura e não deve ter só um papel com regras e ficar só no burocrático, deve ultrapassar barreiras, acompanhar as modificações da sociedade, dos acontecimentos e das legislações, deve envolver todos que de alguma maneira estão inseridos nela. Por esse motivo também pesquisei sobre o AEE, uma das inovações trazidas pela política nacional inclusiva, que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos para ajudar o desenvolvimento e a plena participação dos alunos com necessidades especiais.

Por um bom tempo as escolas especiais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e a Associação de Pais e Amigos das Crianças Especiais - APACE eram os melhores lugares para a criança especial se desenvolver e foi um modo que os pais acharam para poder tirar seus filhos de casa e com isso ajudá-los a se desenvolverem e se socializarem.

A partir da LDB, a Educação Especial começou a tomar outro rumo e é nesse contexto que surgiu a ideia da socialização obrigatória na rede regular de ensino, propondo estímulos ao interesse do aluno, ajudando-o a construir suas novas descobertas, desenvolvendo e enriquecendo sua personalidade.

Acredita-se que este trabalho trará uma contribuição acadêmica, pois nele analisei de uma forma ampla o espaço que a inclusão ocupa atualmente no nosso país, no planejamento do professor e no ambiente escolar, levando-se em consideração que este ambiente deve ser

gerado de maneira que nele estejam presentes elementos próprios ao interesse da criança e o espaço seja adequado para seu desenvolvimento, tanto social quanto pedagógico.

Alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem exigem conhecimentos e experiências fora do alcance dos professores de salas regulares, pois esses profissionais precisam ser capacitados e ter uma formação continuada para poder trabalhar com inclusão. Uma parceria entre as duas escolas, a regular e a do AEE, seria um avanço no processo de aprendizagem;

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de São Roque, nas escolas onde os sujeitos exercem suas atividades. Para a coleta de dados foi realizado um estudo de caso, com uma aluna, onde ela estuda atualmente.

A educação especial é uma área de conhecimento e também uma modalidade de ensino que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

1 CRIANÇAS ESPECIAIS

É necessário fazer uma análise de conceito e da situação que trazem implicações nessa área, para podermos abordar o caminho percorrido pela educação especial até a chegada da inclusão.

A história da educação especial nos reporta necessariamente à história da deficiência como forma de entendermos e compreendermos porque os indivíduos portadores de necessidades especiais foram afastados do convívio social. A trajetória das pessoas com deficiência é marcada pela exclusão, pois elas não são consideradas pertencentes à sociedade. (BUCCIO, 2008, p.99)

A forma de conceituar crianças especiais foi mudando ao longo do tempo, com a evolução do homem as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ser consideradas cidadãs com direitos e deveres.

No início do século XX, a história da educação especial passou a ser objeto de discussão, o deficiente deixa de ser interpretado sob o ponto de vista religioso no qual crianças portadora de alguma síndrome com deficiência visíveis, como por exemplo a falta ou a deformação de membros ou a incapacidade de falar ou enxergar, e sim por médicos especializados e, com isso, passaram a ser medicados.

A pessoa com deficiência, que apresenta significativa diferença, de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente e que possui dificuldade em sua interação com o meio físico e social. A deficiência pode ser: física, sensorial, cognitiva, múltipla, altas habilidades, necessitando de recursos especializados para desenvolver seu potencial ou minimizar sua dificuldade.

Para a criança com deficiência é importante ser reconhecida socialmente, embora sua estrutura seja diferente, fazendo com que muitas crianças não frequentem as escolas por serem excluídas.

Quando existe, por exemplo, um jogo no qual as crianças ditas normais começam a escolher os companheiros, aquelas crianças que não vão conseguir ter um bom desempenho são excluídas das atividades cooperativas e com isso não vão participar do grupo.

As palavras usadas como retardado, mongoloide, débil mental não são bem vistas, pois ofendem, magoam. Hoje dizemos pessoa com deficiência ou com necessidades especiais.

A criança com deficiência possui uma diferença, seja ela física, intelectual, psicológica ou sensorial, que pode ser de nascença ou adquirida, que por sua vez altera o convívio social e, às vezes, é necessário alterar, também, o meio físico no qual ele convive.

Existem vários tipos de deficiência:

- Deficiência mental, onde o indivíduo tem dificuldade de responder corretamente em convívio com a sociedade.
- Deficiência múltipla, onde a pessoa tem dificuldade em se adaptar por ter no mesmo indivíduo duas ou mais deficiências, como mental, física, auditiva e que como consequência afeta seu desenvolvimento global.
- Deficiência visual, onde a pessoa com essa deficiência já realizou exames fez correção e não resolveu então o seu campo visual é inferior a 20 (tabela de Snellen³)
- Deficiência física, quando o corpo humano possui uma ou mais alterações, comprometendo suas funções físicas.
- Deficiência auditiva, que é a perda total ou parcial da audição, que pode ser de uma surdez leve ou profunda.

Também podemos colocar nessa escala as pessoas com altas habilidades e as superdotadas. Existe, ainda, outro grupo de deficiência, que recebe o nome de condutas

1-TABELA SNELLEN: Diagrama utilizado para avaliar a acuidade visual de uma pessoa, existe dois tipos a tradicional com letras e a utilizada para pessoas analfabetas que se constitui da letra 'E' e pode ser feita também com figuras, usadas principalmente para crianças.

típicas, que são indivíduos portadores de síndromes que possuem um atraso no relacionamento social num grau elevado e, por isso, precisam de um atendimento educacional especializado; dentre eles o autismo, cuja característica marcante é o desvio nas suas relações interpessoais.

Qualquer que seja o tipo ou o grau da deficiência, as diferenças, quando comparadas com outras pessoas, aparecem e por isso há a necessidade de existir a socialização, para poder avaliar o conjunto de atitudes e respostas da inclusão no convívio com a sociedade.

Dizer que uma pessoa tem uma deficiência não é, necessariamente, dizer que ela tenha uma doença, não podendo ser encarada como doente, pois deficiência, no domínio da saúde, significa qualquer perda ou anormalidade da função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Já a incapacidade pode ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, portanto no campo da saúde representa uma desvantagem individual que impede o desempenho de um papel social e cultural.

A organização mundial da saúde traz esses conceitos, que são seguidos pela maioria das organizações internacionais que tratam da deficiência como a UNESCO⁴, ONU⁵ entre outras.

A desvantagem funcional que eles possuem é um dos aspectos com maior relevância em se tratando do contexto da inclusão dos alunos com deficiência, nem sempre a sociedade está pronta para lidar com a inclusão e isso cria um preconceito, fazendo com que muitos evitem chegar perto dessas pessoas, por causa das piadas de mau gosto.

Uma criança deficiente não é respeitada se for abandonada à sua deficiência, se se negar a realidade da sua deficiência. É respeitada se a sua identidade, a sua originalidade da qual a deficiência também faz parte, se for favorecida e quase provocada, isto é, se ela for levada a desenvolver-se tal é a atitude realista ativa em situação e em relação se for ao contrário temos o realismo inerte. (CANEVARO, 1984, p.1)

2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Na história da educação era comum o ato de abandonar crianças deficientes em montanhas e florestas ou atirá-las de penhascos ou rios por serem consideradas uma ameaça à

⁴ UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁵ ONU: Organização das Nações Unidas.

manutenção daquela forma de divisão social do trabalho, homens livres versus escravos, trabalho manual versus trabalho intelectual.

A história da educação especial no Brasil é marcada pelo caráter assistencialista, dentro de uma atitude de segregação e segmentação das deficiências, fato que contribui para o isolamento da vida escolar e social das pessoas com deficiência. (BUCCIO, 2008, p. 55.)

As pessoas com deficiência, aos poucos, foram sendo aceitas na sociedade, mas ainda de forma discreta. Havia uma tendência em interpretar o nascimento de uma pessoa com deficiência como um castigo de Deus, como punição de pecados cometidos por seus pais ou familiares, também era comum que anões ou pessoas com deformidade física fossem utilizadas como fonte de diversão e curiosidade popular, sendo instrumento de distração dos nobres na corte ou objeto de exposição em praça pública. Também havia outra interpretação, de que essas pessoas eram escolhidas por Cristo e predestinadas para o dom da cura.

Surgem as primeiras iniciativas de proteção em meados do séc. XVI com a criação de asilos e abrigos de assistência às pessoas com deficiência. Esse movimento histórico foi chamado de segregação, onde pessoas com deficiência ficavam enclausuradas, pois fugiam dos padrões de normalidade.

A educação especial no Brasil se deu, inicialmente, em instituições desse tipo. Com o liberalismo, no Brasil, o que se defendeu principalmente foi à liberdade de todos os indivíduos e iniciou a educação das pessoas com necessidades especiais nas Santas Casas de Misericórdia, pois elas exerciam papel importante na educação das pessoas com deficiência, no atendimento de pessoas mais pobres e doentes e no acolhimento de crianças abandonadas até sete anos de idade.

Muitas dessas crianças abandonadas apresentavam problemas físicos e mentais e ao completarem sete anos, tanto meninos quanto meninas, eram enviados para outros seminários, que os preparavam para o futuro, atitude essa que não era comum na época. É possível que algumas crianças com deficiência leve tenham recebido esse mesmo tratamento, enquanto as crianças com deficiência mais severa permaneciam nas Santas Casas com adultos doentes e alienados.

A criação de asilos no início do séc. XIX facilitou o atendimento de crianças abandonadas por seus pais nas Santas Casas de Misericórdia e também por outras poucas

obras como Lazareto⁶, fundado pelo governo provincial em 1802. Com o objetivo de resolver o problema o presidente da província, Lucas A. M. de Barros, Barão de Congonhas do Campo, criou em 1825, a casa da roda, ou seja, um cilindro oco que girava em torno do próprio eixo, com abertura em uma das faces que ficava voltada para a rua, ocupava toda uma janela - sempre aberta do lado de fora, de modo que quem desejasse se desfazer de uma criança pudesse depositá-la na caixa e, movimentando a roda, a passasse para o interior do prédio.

Por volta de 1857 o Brasil passava por um momento de crescimento econômico e, nessa época, alguns brasileiros, inspirados em experiências realizadas por médicos, filósofos e educadores da Europa e dos Estados Unidos, começaram a organizar serviços para o atendimento das pessoas com deficiência sensorial, mental e física. Com isso o número de instituições aumentou, surgiu o período de institucionalização, foram criadas escolas de ensino regular, instituições pedagógicas e centros de reabilitação, geralmente particulares, junto aos hospitais.

Na década de 1930 muitas instituições foram criadas sendo que grande parte delas existe até hoje e são muito importantes para a educação especial. Foi em Minas Gerais que surgiu a primeira instituição para pessoas portadoras de deficiência, em 1935, organizada por um grupo de médicos, educadores e religiosos, a Sociedade Pestalozzi, com o objetivo de cuidar das crianças especiais do Brasil.

As pessoas cegas e surdas eram atendidas em instituições próprias como o Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

A primeira APAE foi fundada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro, atualmente existem unidades em mais de 1500 municípios. Com o aumento considerável de pessoas chamadas incapacitadas por todo o país, foi fundada em 1950 a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD).

Começa o interesse explícito pelo deficiente na sociedade como um todo, fala-se em ingresso à escola de parte da população menos favorecida. É o que vemos no artigo. 88 da Lei nº 4.024/61⁷: “Art.88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

⁶ Lazareto: Edifício próprio usado para as quarentenas, o isolamento e destinado a receber e a desinfetar as pessoas e os objetos provenientes de lugares com doença epidérmica ou contagiosa.

⁷ Lei Federal nº 4024/1961: primeira LDB brasileira.

Analisar a história da educação especial é essencial para entender porque eles foram afastados do convívio social. Sua passagem foi marcada pela exclusão. Os movimentos sociais e a criação das políticas públicas sempre trazem discussões em relação à inclusão dessas pessoas, não só na escola, mas em toda a sociedade. “Recorrer à história é um dos caminhos possíveis para a compreensão de práticas humanas que vivemos nos dias atuais”. (FERNANDES 2011, p. 37)

3 CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O deficiente é considerado fora dos padrões normais; onde os preconceitos estão presentes são rotulados com base em padrões de pessoas ditas normais, ou seja, quem se afasta dos critérios da normalidade é alvo de ser excluído e com isso suas chances de convivência social ficam mais distantes.

Toda pessoa que por algum motivo, seja por etnia, classe social, idade, crença, deficiência ou aparência, precisa ser incluída e eles estão por toda parte, todos que não se encaixam no padrão social estabelecido são diferenciados. Não há limite para os rótulos: o pobre, o defeituoso, o louco, o ridículo, o velho, etc. À medida que determinamos indivíduos se afastam, em virtude de seus atributos, da grande maioria dos seres com os quais são comparados, eles passam a ser considerados como uma espécie de negação da ordem social. (Buccio; Buccio, 2008,p. 29)

Os preconceitos com as pessoas com deficiência devem ser tratados com segurança, de forma a eliminá-los, pois essa prática é tão frequente na sociedade que acaba restringindo o acesso à escola e ao mundo do trabalho.

As necessidades dessas crianças devem ser vistas num contexto amplo, sendo que os serviços prestados devem ser para todas as crianças, pois já foi o tempo de pedir coisas especiais para crianças especiais porque já não há mais como dividir com clareza entre crianças com e sem necessidades especiais. A inclusão precisa de uma revolução, pois não há apenas criança especial ou com necessidade especial precisando de ajuda nas escolas e também não significa colocar pessoas diferentes no ensino regular, significa rever o papel da escola e colocá-la à frente de sua responsabilidade de educar a todos sem preconceito.

As pessoas com deficiência estão expostas como doentes, são consideradas dependentes de cuidados por outras pessoas, incapazes de trabalhar, levando uma vida inútil e consideradas inválidas. Esse modelo da deficiência tem uma influência forte nas pessoas e,

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

conforme consta na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada em 1975, em seu artigo 7º:

As pessoas deficientes tem direito à tratamentos médico, psicológico e funcional, inclusive aparelhos protéticos⁸ e ortópticos⁹, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação , ao treinamento e reabilitação profissional, à assistência, ao aconselhamento, aos serviço de colocação e a outros serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social. (SASSAKI,1938, p. 28)

O modelo médico da deficiência é responsável, em parte, pelos preconceitos existentes na sociedade, em aceitar a necessidade de mudar e aceitar as pessoas portadores de deficiência e de outras condições no seu meio social para que estas possam buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É claro que, algumas vezes, pessoas com deficiência precisam de apoio físico ou médico, mas é importante que isto atenda à sua necessidade.

Existem pessoas com deficiência que conseguem utilizar os espaços físicos e sociais, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa, do clube, entre outros.

Também existem os portadores de deficiência que necessitam de adaptação no espaço físico ou no procedimento de atividades comuns, onde só assim poderão desenvolver suas atividades, como estudar, trabalhar, ter lazer e conviver com pessoas não deficientes.

De fato, não são todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência que precisam de modificações, pois algumas são capazes de se integrar na sociedade, mas outras pessoas com necessidades especiais não podem participar igualmente na sociedade se ela não se tornar inclusiva.

4 A POLÍTICA DA INCLUSÃO

O nosso País tem como princípio a democracia e o governo é exercido por três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário. O papel do governo é elaborar políticas

⁸ Protéticos:uma especialidade dos dentistas mediante ao estudo e elaboração dos trabalhos protéticos quase que artesanais na sua maioria.

⁹ Ortópticos:tratamento dos distúrbios ocular, visão binocular e anomalias.

públicas, através de leis, sem esse apoio a inclusão pode acontecer de maneira errada. O governo tem que garantir que a inclusão aconteça de maneira eficaz, pois ela é responsável pelos serviços da sociedade como saúde, trabalho, lazer e educação.

Os documentos que citam o processo de inclusão estão em constantes mudanças, às vezes por falta de entendimento ou por falta de divulgação. Temos, no Brasil, quatro leis básicas que discutem os fundamentos da educação inclusiva no sistema educacional: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal N.º 9.394/96), a Lei da CORDE - Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Lei Federal N.º 7.853/89) e a Lei da Acessibilidade (Lei Federal N.º 10.098/00).

A educação brasileira vem sendo prejudicada pela demora na aprovação das leis, citando como exemplo a primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal N.º 4024/61), que teve início em 1948 e só foi aprovada treze anos depois, em 1961.

Em 1985 surgiu a necessidade de elaborar uma constituição federal e, em 1996 foi criada a lei para organizar a educação brasileira, conhecida como LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal N.º 9.394/96), que define metas e pontuações na área da educação e, em relação à educação inclusiva, usamos os artigos 58, 59 e 60.

Infelizmente estamos longe de cumprir todas as leis, principalmente se pensarmos em educação de qualidade e eficaz para todos. Estarmos formados não significa que vamos agir, mas nos garante um mínimo de certeza da profissão escolhida, temos que saber que a Constituição Federal e a LDB são as principais chaves para o sucesso da educação brasileira.

Outra lei referente a pessoas com necessidades educativas especiais é a Lei da CORDE, que é uma instituição representativa e o seu trabalho é exclusivo às pessoas com necessidades especiais, prevendo a inclusão de forma integral, responsável e atuante, como pessoas transformadoras no meio em que vivem. A Lei Federal N.º 7.853/89 defende os interesses das pessoas com necessidades especiais e também fundamenta várias ações como educação, saúde, profissionalização.

Interligando uma lei à outra, surge a Lei Federal N.º 10.098/00, que dita normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, garantindo o direito de ir e vir de todas as pessoas. Com relação a essa lei a autora cita o Art.1º que esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a pressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaço público, na construção e reformas de edifício e nos meios de transporte e de comunicação.

Art.1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social, nos termos desta lei. [...]
(GUIBERT,2007. p. 51)

Com vários documentos apoiando o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais nós, como cidadãos, devemos tomar consciência de que a educação é um direito de todos, independentemente das condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais, pois só assim conseguiremos permanecer todos na sociedade, sem preconceito, tornando os indivíduos independentes e iguais em seus direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal N.º 8068/90) garante o atendimento especializado às crianças e adolescentes com deficiência. Para a inclusão, são importantes também duas legislações internacionais: a declaração de Salamanca, que reafirma o direito de todos à educação independente de diferenças e a convenção de Guatemala, que fala sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência.

Um trecho da declaração de Salamanca, diz que se deve proceder, com urgência, mudanças fundamentais na legislação, exigindo, para a abordagem de educação inclusiva, a capacitação das escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais. . Entre muitos dos conceitos inovadores aponta que todas as crianças possuem suas características seus interesses, habilidades e necessidades que as fazem únicas e que lhes da direito à educação e a oportunidade de atingir e manter o nível de aprendizagem.

A Declaração de Salamanca aponta também as estratégias internacionais, nacionais e regionais para uma educação inclusiva, com uma nova visão a respeito de necessidades especiais, de escolas, de capacitação de pessoal e outros aspectos educacionais.

O princípio da inclusão se refere no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos, num lugar que inclua todos os alunos, onde eles celebrem a diferença e apoie a aprendizagem e respondam a todas as necessidades individuais.

O Decreto N.º 6.571, de dezessete de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB, ao Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse decreto faz com que as escolas invistam na formação dos professores, no espaço físico, nos

recursos destinados à tecnologia. Com isso, em meios a tantos direitos e deveres na promoção da diversidade e dignidade de todos, é nosso dever assegurar a inclusão.

4.1 O ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR

Uma escola inclusiva precisa ter uma organização específica no currículo, na organização, na estrutura e na prática. Não deve ter só um papel com regras, não pode ficar só no burocrático, deve ultrapassar todas as barreiras, deve ter a cara da escola inclusiva, por isso deve acompanhar as modificações da sociedade, das histórias, dos acontecimentos e das legislações, deve envolver a todos. Sempre que a prática deixa de atender os objetivos desejados, deve-se passar por questionamentos profundos, pois é muito importante que todas as necessidades sociais estejam ligadas com os objetivos educacionais e as mudanças devem sempre acontecer, principalmente com professores, que sempre trabalham em sua maioria e foram capacitados, para atuar em currículo fechado e agora estão diante da possibilidade de flexibilidade.

Num currículo fechado o professor tinha uma comodidade, pois sempre seguia passo a passo sua programação independente do perfil do aluno ou da comunidade; no currículo aberto, por sua vez, o professor tem que se adaptar às particularidades do aluno ao ambiente. Todos os alunos podem entrar num contexto, pois é possível encontrar diferentes formas de atender a diversidade e isso exige muito mais do professor em termos de criatividade e organização de atividades diferenciadas, tendo que ter mais dedicação, formação e atualização.

O apoio e o incentivo à formação continuada da equipe escolar são fundamentais, pois serão os alicerces na escolha e na efetivação de práticas metodológicas adequadas para atender à diversidade de aprendizagem do aluno. O professor se sentirá estimulado a buscar mais conhecimento e aperfeiçoamento do contexto para isso. A escola deve organizar uma rede de apoio eficiente, que inclua a família, ao identificar o aluno com necessidades especiais; buscar especialistas de várias áreas, sempre que necessário. É importante, também, fazer registros em atas das discussões e ter estratégias conjuntas, dividindo responsabilidades entre professores, diretores, coordenadores, família e instituições, como o próprio governo. Uma estrutura adequada só trará benefícios quando todos entenderem a razão pela qual está sendo aplicada. De nada adianta materiais de apoio e metodologias inovadoras se não existir um preparo dos colegas de sala e de todo o contexto escolar para a acolhida do aluno com necessidades especiais. O contexto escolar demonstra boa vontade em receber a criança com

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

necessidades educativas especiais, mas não consegue organizar sua ação pedagógica de forma diferenciada.

A necessidade de adaptação não é recente, durante muitos anos as escolas já desenvolviam algum tipo de atendimento diferenciado para atender os alunos com dificuldade, com deficiência e com altas habilidades.

Para que essa tarefa seja eficiente, primeiro é necessário conhecer o aluno e suas particularidades, verificar qual seu nível de competência e fatores que podem ajudar no processo de ensino aprendizagem. Para alguns profissionais pode haver uma grande distância entre teoria e a prática, pois no papel as teorias parecem fáceis, simples, mas para sair do papel exige muito mais do que boa vontade, exige persistência, certeza, ousadia, criatividade e é fundamental uma visão crítica sobre a diversidade.

Quando o aluno com necessidades educativas especiais entra em uma escola, com um novo professor, quase sempre todos se preocupam com o diagnóstico e se tem avaliação completa de um especialista. Claro que saber o diagnóstico é muito importante, mas o professor deve entender o que a criança tem e se concentrar na teoria, em busca de procedimentos que possam ajudar esse aluno. A avaliação inicial feita pelo professor é fundamental e implica conhecer o aluno enquanto sujeito e não somente a sua patologia. O professor deve olhar a criança e não sua síndrome e construir um vínculo com o aluno e sua família para facilitar o processo de aprendizagem, deve também conhecer um pouco da história da família e do aluno, como as coisas que ele mais gosta de comer, fazer, brincar e verificar como é sua rotina em casa, saber o que o aluno pensa da escola e saber quais são as expectativas dos pais em relação à vida escolar do filho, saber o que os pais esperam da escola e do futuro de seu filho. Também é preciso verificar se existe registro de avaliação realizada em outras escolas, com esses dados nas mãos o professor pode começar um trabalho de adaptação, pois quando conhece o seu aluno pode trazer ações adequadas e preparadas com qualidade e clareza.

Isso pode acontecer muito bem quando todos estão envolvidos, mas é claro que existe uma realidade nas escolas, onde encontramos professores completamente estressados e alunos agressivos, terríveis, que em vez de crescer estão regredindo, temos que ter consciência das dificuldades do processo de inclusão escolar. Em cada caso é preciso entender que o sintoma desses comportamentos vem sinalizando que alguma coisa no sistema não está funcionando e isso causa sofrimento. “A inclusão pode ser uma faca de dois gumes, pode ser

algo maravilhoso para o crescimento de todos, mas pode ser motivo de sofrimento de muitos, se não estiver bem estruturada”. (MINETTO, 2008, p.98)

O respeito à diversidade também deve se estender aos professores, pois seria injusto esperar que todos reajam da mesma forma, se o aluno precisa de um tempo maior para aprender o professor também vai precisar. Os professores não nascem sabendo, no entanto é preciso ter bom senso e um equilíbrio emocional.

É necessário ter muito afeto, pois o afeto e o carinho são a base para uma boa aprendizagem e se o aluno não se sente querido, fazendo parte do grupo de alunos ou do grupo daquele professor, terá resistência à aprendizagem.

É preciso também preparar os colegas de turma para receber o aluno especial, destacando o respeito às diferenças e às inteligências múltiplas. O professor precisa ter um domínio da sala antes da chegada do aluno especial, quando o professor é desorganizado, desmotivado, impaciente, os alunos acabam refletindo isso. É preciso ter flexibilidade e usar todos os recursos que podem facilitar a situação inclusiva. As escolas tem se organizado de maneira diferente e estão usando muito dos recursos humanos, como professor auxiliar, professor tutor, sala de recurso e especialistas de várias áreas, com atendimento individuais na escola ou fora dela.

Isso é o que todos nós não entendemos, ou seja, seria inclusão ou exclusão?

A estratégia que foi organizada para facilitar a inclusão pode excluir o aluno, pois o professor brasileiro ainda está entendendo o que é a inclusão, um professor na sala, ajudando, pode levar o outro professor a se acomodar, não sentindo que esse aluno é seu e com isso acaba deixando esse aluno excluído do resto do grupo.

Em alguns casos o próprio aluno acaba por rejeitar atividades diferenciadas e nessa situação o professor também fica desacreditado, pois os pais podem considerar que o professor não vai conseguir ensinar nada.

Não é apenas os alunos que são definidos como normais e especiais, mas também suas escolas, os alunos das escolas comuns são normais e valorizados e os alunos das escolas especiais são os diferentes e negados. Os alunos muitas vezes se sentem abalados com a proposta inclusiva de educação, pois sempre foram estudar num espaço distinto, só para um tipo de aluno, a partir de uma identidade e esse espaço sempre foi organizado pedagogicamente para manter um tipo de aluno.

Um ambiente escolar inclusivo tem que estar preparado para atender crianças normais, especiais, branco, negro, masculino, feminino, pobre ou rico. Nas escolas inclusivas

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

o espaço tem que ser de todos e para todos, onde os alunos participam das tarefas de ensino e constroem o conhecimento, expressam suas ideias dentro das suas diferenças.

Na escola inclusiva todos se igualam pelas suas diferenças, todos tem que participar do processo escolar sem que passem por uma diferenciação, que acaba por excluí-los das suas turmas. O difícil é garantir o direito à diferença nas escolas que ainda acreditam que as diferenças estão apenas em alguns alunos, nos que são diagnosticados como problema, doentes e sem volta na maioria dos casos, por esses preconceitos é que existe escolas para atender os alunos que igualam por uma falsa normalidade, as escolas comuns e a escola para os alunos que não cabem nesse grupo - as escolas especiais, ambas são escolas dos diferentes que não se encaixam, não se alinham aos propósitos de uma escola para todos.

Para evitar muitos preconceitos e por muitas características que elegemos para excluir, que não defendemos as escolas dos diferentes como solução para atender as necessidades dos alunos, dos pais, ou seja, da família. É preciso acordar então para o sentido das escolas das diferenças, essas escolas reúnem os alunos como eles são: únicos, mutantes, como pessoas que diferem uma das outras, que não conseguimos ter em conjunto definido por um único motivo, que elegemos para diferenciá-los.

A escola inclusiva e sua pedagogia estão muito questionadas e colocadas em dúvida sua pedagogia e sua prática. É preciso um processo educativo e a participação de todos, adotando novas práticas pedagógicas, novas mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essas escolas possam se concretizar é necessário o desenvolvimento de novos conceitos, como aplicação de alternativas e práticas educacionais compatíveis com a inclusão.

Cada escola, quando abraça esse trabalho terá de encontrar soluções para seus próprios problemas e isso não acontece por acaso e nem por decreto, mas por parte da vontade política do coletivo da escola e por uma gestão escolar democrática.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (ROPOLI, 2010, p.12)

4.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento educacional especializado (AEE) é uma das inovações trazidas pela política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Considerando as

necessidades de cada aluno, o AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos para ajudar o seu desenvolvimento e sua plena participação. O AEE completa a formação do aluno visando sua autonomia na escola e fora dela. É realizado nas escolas comuns, em um espaço chamado sala de recursos multifuncionais, portanto faz parte do projeto político pedagógico da escola.

São atendidos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotados.

A criança fica matriculada no AEE a partir do momento em que está matriculado no ensino regular. Pode ser oferecido também em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou privada, sem fins lucrativos.

Existe sala de AEE fora da escola que atua dentro das legislações, mas, no entanto, é preferível que o serviço de AEE seja realizado na própria escola do aluno para que todos os profissionais que atuam estejam próximo do aluno e do ambiente de formação.

A educação especial muda o seu rumo quando deixa de atender alunos somente em escolas especiais e os trazem para a escola comum, isso faz com que todos se misturem e os alunos especiais não ficam mais somente em escolas isoladas dos alunos normais.

A escola das diferenças é para aproximar os alunos porque eles ficam juntos em uma mesma sala de aula, para oferecer melhores condições para a educação desses alunos especiais o AEE é oferecido preferencialmente na mesma escola comum onde o aluno estuda.

Os professores comuns e os da educação especial precisam trabalhar juntos, numa mesma sintonia, para que o trabalho se realize eficazmente. O trabalho de cada professor é diferente, o professor de sala de aula comum ensina as áreas do conhecimento e o professor do AEE complementa a formação do aluno com recursos que contribuem para seu aprendizado e faz com que o aluno aprenda com autonomia, onde antes não era possível.

Cada aluno tem um tipo de recurso para ser utilizado, um atendimento diferenciado, alunos com mesma deficiência podem precisar de atendimento diferenciado. Por isso, para planejar o atendimento, não é saber as causas, o diagnóstico, antes disso vem a pessoa, o aluno, sua história de vida, seus desejos e suas diferenças.

Existem alunos que usam o AEE com mais frequência que os outros, não tem um guia, um roteiro para seu atendimento, cada aluno tem seu modo específico de aprendizagem, no qual o professor tem que trabalhar, também é possível atender um grupo de alunos onde suas necessidades são iguais, como por exemplo, ensinar LIBRAS.

O professor da educação especial não é mais um especialista em apenas uma área, seu trabalho abrange as escolas comuns, no atendimento educacional especializado e ele precisa produzir estratégias e identificar, elaborar recursos pedagógicos para construir um plano para cada aluno, reconhecendo suas necessidades e habilidades e com isso produzir materiais como textos ampliados, gravador e outros produtos disponíveis.

O professor de sala de aula informa e avalia junto com o professor do AEE se os recursos foram utilizados como eles programaram, se deu certo e com todas essas informações, são programadas novas estratégias para o plano de AEE do aluno.

Existem dois tipos de sala de recurso multifuncionais (tipo 1 e tipo 2). Nas salas de recursos multifuncionais tipo um, existem materiais para trabalhar com os alunos, como microcomputadores, monitores, fones de ouvido, impressoras, materiais e jogos acessíveis para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras entre outros.

Nas salas de recursos multifuncionais tipo dois existem os materiais citados no tipo 1, mais outros materiais para o atendimento de alunos com cegueira como impressora BRAILLE, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura globo terrestre acessível, calculadora sonora entre outros.

É de fundamental importância a parceria entre professor, aluno e família. O professor necessita dessa parceria para realizar os planos de AEE, pois a educação não é feita apenas dentro da escola, uma ação muito importante fora da escola é a sincronização com a saúde, assistência social, esporte e cultura.

5 ESTUDO DE CASO

Este estudo tem por objetivo esclarecer ou entender melhor algumas coisas como conhecer e descrever o contexto educacional ao qual estão inseridos os alunos, abordando suas dificuldades, habilidades, desejos, preferências, entre outras questões relacionadas ao seu cotidiano escolar e conhecer melhor os trabalhos desses profissionais.

A coleta de dados foi feita por observações diretas, entrevistas, análise de documentos, pareceres pedagógicos e clínicos.

5.1 INFORMAÇÕES REFERENTES À ALUNA

A aluna se chama Monique Ferreira Lima, tem nove anos e está matriculada no terceiro ano do Ensino Fundamental, ela possui tetra paralisia cerebral e espática, sua mãe, Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

que autorizou a pesquisa, se chama Marlene Alves Ferreira Lima (ANEXO I), frequenta diariamente a sala de recurso da clínica educacional sem fins lucrativos APACE, que também autorizou a pesquisa (Anexo II).

Ela está matriculada na Escola Municipal Paulo Ricardo, em classe comum, porque assim pode frequentar sala de recurso, mas não gosta de ir à escola, acha tudo mais difícil porque ela é dependente de alguém ao seu lado o tempo todo. Para ela poder se expressar é preciso conhecê-la melhor e estudar bem o seu caso, porque ela se expressa através de imagens e de comunicação alternativa, como sorrir se quer algo ou fechar a boca num gesto de brava.

Ela está matriculada na rede regular, porém não frequenta. Sua família não gosta e diz que dentro da sala de aula não tem recursos para ela, tanto que pediu uma carta ao médico para levar à escola (ANEXO III), por exigência burocrática, dizendo que sua filha não é capaz de ficar dentro da sala de aula, pois na sala tem muitos alunos e o papel desenvolvido com ela é apenas de socialização e não conteúdos pedagógicos, assim a mãe conseguiu os benefícios do AEE a que a filha tem direito e sem precisar frequentar a escola.

Num ambiente escolar ela precisaria ter uma estrutura adaptada para desenvolver suas atividades pedagógicas e ser inserida dentro do conteúdo que a professora trabalha com os outros alunos. Sua mãe, numa conversa com a médica da filha, relatou não estar contente com a inclusão em escola pública, porque ainda há muito que ser feito para isso se tornar uma realidade.

Monique frequenta clínica especializada em educação especial, levada diariamente pela mãe, onde recebe tratamento de Fisioterapia, Hidroterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional.

Conversei com a fisioterapeuta, que me disse que é realizado alongamento da musculatura de forma global de MMSS (membros superiores) e MMII (membros inferiores) e a Monique apresenta bastante dificuldade em manter esse alongamento por tempo prolongado, devido a seu quadro de espasticidade, a mobilização articular global promove uma maior amplitude de movimento passivo e um relaxamento muscular considerável, apresenta também um quadro pulmonar bem secretivo, com picos de melhoras e pioras, sendo assim trabalha fisioterapia respiratória, com manobras de higiene brônquica e manobras de reexpansão pulmonar, ela possui boa aceitação da terapia e consegue expelir a secreção de acordo com as mudanças posturais.

Monique realiza fisioterapia aquática uma vez na semana, com o objetivo de obter um relaxamento muscular e um alongamento de forma global, incluindo mobilizações articulares. Ela apresenta benefícios pois, sendo aquecida, a água promove um relaxamento corporal completo, a pressão hidrostática da água também favorece a uma reexpansão pulmonar e seu ambiente, por ser úmido, auxilia na expectoração deixando sua secreção mais fluída para que saia mais facilmente.

A paciente se apresenta bem tranquila durante a terapia e, ao que tudo indica, gosta do ambiente aquático.

O objetivo da terapia ocupacional é estimular a Monique em suas atividades de coordenação motora, estimulação visual, cognitiva, atividades de vida diária e atividades de vida prática.

Cada atendimento tem que ser preparado de acordo com a necessidade dela, com o objetivo de serem alcançadas metas de curto e longo prazo.

Também é papel do terapeuta ocupacional prescrever órteses de MMSS (membros superiores), cadeiras de rodas e outros instrumentos que ela necessite como adaptações de diversos utensílios da vida prática.

Monique passa uma vez por semana no atendimento com a psicóloga, o tratamento é através de historinhas de contos de fada, onde se inicia o conto e logo é conversado com ela sobre sua família, sua casa, o dia a dia fora da instituição, tudo de uma forma lúdica e prazerosa e sempre por meio de comunicação alternativa. Ela demonstra gostar também de música e filmes e a psicóloga tenta encaixar tudo isso através de uma adaptação que a Monique goste e o trabalho fica maravilhoso.

Na instituição onde Monique frequenta diariamente, a professora, além da Monique, possui mais cinco alunos, desenvolvendo todo um trabalho adaptado com eles.

Monique faz atividades pedagógicas, estimulação motora grossa, estimulação tátil, vai ao parque onde possui balança adaptada e participa de muitas brincadeiras, onde sempre ela é inserida.

Essa é a Monique, feliz estudando numa escola de educação especial.

Foto 1 - Monique



Acervo pessoal da autora. (2013)

Essas são algumas fotos de comunicação alternativa entre a professora de educação especial e a Monique.

Fotos 2, 3, 4 e 5 – Comunicação alternativa



Acervo pessoal da autora. (2013)

Fotos 6 e 7 - Estimulação visual



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o atual momento da educação está marcado pela inclusão escolar. Ao analisarmos essa história da educação especial, compreendemos que a evolução da área está intimamente relacionada com as diferentes concepções que, ao longo da história da humanidade, foram sendo criadas com base na maneira como os indivíduos se relacionam com os padrões diferentes daqueles tidos como normais.

Estamos vivendo na sociedade um momento de luta pelo reconhecimento das diferenças, pela inclusão daqueles que sofreram e ainda sofrem, com os preconceitos.

Existe na educação especial a defesa pela inclusão escolar, no entanto é preciso ser crítico e reconhecer que, apesar do esforço de todos os envolvidos com a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, para se efetivar a inclusão escolar, ainda existem problemas que precisam ser enfrentados e, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional disponha em seu artigo nº58 que o atendimento de crianças com necessidades especiais seja feito, preferencialmente, nas escolas regulares, através desta pesquisa foi possível perceber que em alguns casos onde a parte cognitiva da criança é mais comprometida, não se efetiva esse atendimento eficazmente.

É necessário capacitar os profissionais para atender todos os alunos, em particular os com necessidades especiais. Sempre que a prática deixar de atender os objetivos desejados, deve-se questionar profundamente, com isso é muito importante que todas as necessidades sociais estejam ligadas com os objetivos e mudanças educacionais. O contexto escolar demonstra boa vontade em receber a criança com necessidades educativas especiais, mas não consegue organizar sua ação pedagógica de forma diferenciada.

Acredito que este trabalho trouxe uma contribuição acadêmica, pois analisei de uma forma ampla o espaço que a inclusão encontra no nosso País, em relação ao professor e no ambiente escolar e nesse espaço precisa estar presente elementos fundamentais para um bom trabalho docente junto a criança especial, por esse motivo também direcionei minha pesquisa para um estudo de caso, pois tive contato com a aluna Monique sua família e com os profissionais da clínica envolvidos com ela. Sua deficiência abala quem não está preparado para trabalhar com síndromes mais graves, onde necessita de toda uma estrutura que a escola pública ainda não tem e que, por esse motivo, sua mãe conseguiu a médica que atende e acompanha a Monique, uma carta dispensando-a de frequentar a sala de aula da escola

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

regular. Com todos esses dados vimos que é muito importante que todos estejam envolvidos: professores, pais, alunos e outros profissionais para, juntos, conseguirmos fazer com que acabe a exclusão e se efetive, eficazmente, a inclusão.

Referências

BUCCIO, Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação especial**: Uma história em construção. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. 2.ed.rev., Curitiba:IBPEX,2011 (Série Fundamento da Educação)

GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão**: uma realidade em discussão. 3.ed.rev. Curitiba: IBPEX,2010.

MARTINS, Joseth A. Oliveira Jardim. **A educação especial no contexto sócio econômico brasileiro**. Curitiba: IBPEX, 2006.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2ºed.rev.atual, ampl. Curitiba: IBPEX, 2008

PILETTI, Ana Cristina da Costa; TORTELLA, Jussara Cristina B.; CALIATTO, Susana. (Orgs). **A educação tem muitas faces** – Educando e Aprendendo na Diversidade. Amparo/SP. 2007. Prefeitura Municipal de Amparo.

ROPOLI, Edilene Aparecida (ET.al.). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010

SASSAKI, Romeu Kazumi, 1938. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: IBPEX,2010. (Série Inclusão Escolar).

ZILIOOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. 2ºed.rev. Curitiba: IBPEX; 2007.

Autorização da mãe

AUTORIZAÇÃO

Eu, Marilena Alves Ferreira Lima, portadora do RG 38.001.515, responsável pela menor Monique Ferreira Lima, autorizo a aluna Patrícia Squarça Sanches a realizar um estudo de caso com a minha filha.

Marilena A.F. Lima
Marilena Alves Ferreira Lima

ANEXO II

Autorização para execução de pesquisa de campo

apace

Associação de Pais e Amigos das Crianças Especiais



PARA NÓS VOCÊ TAMBÉM É
ALGUÉM MUITO ESPECIAL.

Associação de Pais e Amigos das Crianças Especiais

R. Iris, n.º 35 – Jardim São José - São Roque/SP.

CEP: 18.133-265 - CGC - 01.756.025/0001-82 -

IE: Isento - Fone: 4712-8760

E- mail: apacesr@yahoo.com.br / apace@srnet.com.br

Site: www.apace.org.br

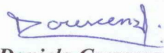
AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Autorizamos a aluna **Patrícia Aparecida Squarça Sanches**, matriculada na Fac São Roque, R.A. 511100178 a realizar pesquisa de campo nessa instituição envolvendo a aluna Monique Ferreira Lima, a Fisioterapeuta Mayara Vieira Reis, a Terapeuta Ocupacional e Coordenadora Daniela Crescenzi e a professora Sueli Cavalheri Inácio.

APACE

Associação de Pais e Amigos das Crianças Especiais


Carmem Lúcia Palácio Pontes
Diretora


Daniela Crescenzi
Terapeuta Ocupacional
Coordenadora

01.756.025/0001-82

Assoc. de Pais e Amigos
das Crianças Especiais - APACE

Rua Iris, 35
Jd. São José - CEP 18133-265
São Roque - SP

Rua Iris, nº 35 - Jardim São José- São Roque - SP CEP.: 18133-265

Receituário - Atestado

 Secretaria de Estado da Saúde
Coordenadoria de Serviços de Saúde
Conjunto Hospitalar de Sorocaba 

Receituário

Atestado

Atesto, que Monique Ferreira Lima
é portadora de PC Infantil (G80) e convulsão
(G40), não tendo condições de frequentar as
atividades escolares, devendo ficar afastada por
tempo indeterminado.

24/08/13

Dra. Sandra Regina Santos Nascimento
Neurologista Infantil
CRM 60.390

Avenida Comendador Pereira Inácio, 564
Bairro Lageado - Sorocaba - SP - CEP 18030-005
PABX (15) 3332-9100